

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Jornada de trabalho e custos no País



A discussão sobre mudanças na jornada de trabalho no Brasil, especialmente em torno da escala 6x1, voltou ao centro do debate político e econômico em Brasília. A proposta mobiliza trabalhadores, parlamentares e representantes do setor produtivo. Enquanto defensores da redução apontam para a necessidade de adaptar o modelo às novas realidades sociais e tecnológicas, lideranças empresariais alertam para os riscos de mudanças sem avaliação técnica sobre impactos na produtividade, nos custos e na geração de empregos.

Indústria alerta para produtividade

Abrindo o debate pelo lado da indústria, o presidente da CNI, Ricardo Alban (à esq. na foto), defende que o País enfrente primeiro seus gargalos estruturais antes de discutir alterações profundas na legislação trabalhista. Segundo ele, “juros elevados, carga tributária pesada, endividamento das empresas e a baixa produtividade formam um ambiente econômico ainda frágil para mudanças bruscas na jornada de trabalho”. Para Alban, a discussão precisa ocorrer fora do ambiente eleitoral, e com diálogo entre trabalhadores, empresas e governo. O dirigente lembra que o chamado “Custo Brasil”, burocracia, insegurança jurídica, infraestrutura precária e crédito caro, segue sendo um dos principais entraves ao crescimento econômico.

Comércio pede cautela

No comércio, o presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Alfredo Cotait Neto (2º à esq. na foto), também defende que o debate seja conduzido com base técnica, e longe de disputas políticas. Segundo ele, qualquer mudança precisa considerar a realidade de pequenos e médios empreendedores que operam com margens reduzidas, e enfrentam dificuldades para contratar mão de obra. “A minha escala é 7x0, com muito orgulho”, afirmou, destacando que “o trabalho sempre foi visto como instrumento de dignidade e ascensão social”. Para ele, “o avanço tecnológico deveria priorizar ganhos de produtividade e eficiência, e não necessariamente uma redução imediata da jornada”.

Congresso defende negociação

No Congresso Nacional, o deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB, 2º à dir. na foto) defende que eventuais mudanças ocorram por meio de negociações coletivas entre empregadores e trabalhadores, respeitando as particularidades de cada setor. Segundo o parlamentar, “aplicar uma regra uniforme para toda a economia pode gerar distorções em atividades com rotinas muito distintas, como indústria, hospitais, comércio ou serviços”. Moreira alerta que mudanças amplas podem elevar custos das empresas, com impacto final no preço dos produtos e serviços.

Competitividade em risco

O alerta também vem da indústria de máquinas. Para José Velloso (à dir. na foto), presidente-executivo da Abimaq, “reduzir a jornada sem aumento consistente de produtividade pode ampliar o problema de competitividade da economia brasileira”. Ele lembra que o País ainda está distante das economias mais industrializadas. “Enquanto países desenvolvidos operam com centenas de robôs na produção, o Brasil possui cerca de 10 robôs para cada 10 mil trabalhadores, muito abaixo da média global de 162.”

Apenas 20% das cidades

Entrevista Especial

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

A diretora de Controle e Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Andrea Mallmann, apresentou um estudo neste mês, que marca o Dia Internacional da Mulher, sobre a implementação de políticas de gênero nos municípios do Rio Grande do Sul. O levantamento apontou que apenas 20% dos gestores municipais afirmaram que possuem ações formalizadas de combate à violência contra as mulheres.

Além disso, 25% disseram que desenvolvem ações informais ou em fase de implementação. Conforme Andrea, as políticas informais são “iniciativas isoladas que não passaram por um processo de planejamento e de registro formal”. “Podem ser iniciativas pontuais como treinamentos, campanhas de sensibilização, entre outras”, exemplificou a diretora.

Quanto ao restante das prefeituras, aproximadamente 40% não possuem nenhuma política pública de combate à violência contra a mulher. Além disso, quase 15% dos gestores não souberam afirmar se seus municípios apresentam alguma iniciativa para o segmento feminino. “Presume-se que (essas cidades) realmente não tenham (políticas nessa área) ou que exista algum problema grave de governança informacional, fazendo com que essa informação não tenha chegado ao responsável”, observa Andrea Mallmann.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, a diretora de Controle e Fiscalização também disse que as informações levantadas pela pesquisa do TCE vão ser checadadas na análise anual das contas dos prefeitos – o que pode gerar apontamentos e recomendações para as administrações municipais. Uma das recomendações, especialmente para os municípios pequenos, é a associação em consórcios com outras municipalidades para viabilizar ações de combate à violência doméstica.

Jornal do Comércio - Recentemente, o TCE divulgou uma pesquisa com dados sobre as políticas para as mulheres implementadas nos municípios gaúchos. Antes de entrar nos dados propriamente, poderia falar por que o tribunal iniciou essa pesquisa?

Andrea Mallmann - Na verdade, o tribunal já tem um histórico de trabalhar com o tema da violência contra a mulher. Em 2016 e 2017, fizemos um diagnóstico na esfera municipal com as ações relativas a essa matéria, com foco especificamente na existência de estruturas municipais específicas para trabalhar o combate à violência contra a mulher. Isso inclui o planejamento, conselhos, direito de mulheres e outros pontos previstos na Lei Maria da Penha. Naquele momento, constatamos que isso era ainda muito incipiente. Esse foi um trabalho que foi inserido nos relatórios de auditoria das contas municipais na época, e gerou apontamentos especificamente em relação à falta de estruturas para as políticas voltadas às mulheres. Não tinha nenhum departamento, nem uma pessoa responsável por isso. Uma realidade que ainda não mudou completamente.

JC - Quais foram os resultados e a metodologia da pesquisa divulgada agora?

Andrea - Diferente do diagnóstico anterior, o questionamento agora era em relação a possuir programas ou ações formalmente instituídos (para as mulheres), independentemente da existência de uma estrutura específica. Foi aplicado um questionário, respondido pelos representantes dos controles internos municipais (órgão de fiscalização interna das prefeituras), que revela como principal achado o desconhecimento dos municípios a respeito das ações e do seu papel no enfrentamento à violência contra a mulher. Percebe-se que existe um espaço bem grande de orientação. Na verdade, há a necessidade de orientação e capacitação nesta área. Além de dar sequência às nossas atividades de fiscalização, a nossa ideia também é firmar parcerias para trabalhar com

a orientação.

JC - Como esses dados foram levantados?

Andrea - O TCE encaminhou o link para o formulário para os controles internos municipais, que tinham a responsabilidade de acionar as áreas do município responsáveis por esses programas de enfrentamento à violência contra a mulher. Os próprios controles internos responderam ao questionário. Todo município tem uma unidade central de controle interno. O tribunal faz o controle externo e existe o controle interno nos municípios. É uma unidade normalmente vinculada ou ao próprio prefeito ou a alguma secretaria de administração, que tem a responsabilidade de fazer realmente a fiscalização interna dos atos praticados no âmbito municipal, tanto do Executivo quanto do Legislativo e das entidades da administração indireta do município.

JC - Quais os resultados trazidos pelas prefeituras?

Andrea - Um dos resultados mais significativos é que apenas 20% das prefeituras que se manifestaram possuem programas e ações voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher. Estamos falando de políticas formalmente instituídas. Além disso, 25% indicaram possuir iniciativas informais ou em fase ainda de implementação. Praticamente, 40% das prefeituras admitem não possuir (nenhuma política voltada ao combate da violência de gênero).

JC - O que seria uma política informal nessa área?

Andrea - Iniciativas isoladas que não tenham passado por um processo de planejamento e de registro formal. Podem ser, por exemplo, iniciativas pontuais como treinamentos, campanhas de sensibilização, entre outras.



“Além da fiscalização, a ideia é firmar parcerias (nos municípios) para trabalhar com a orientação”